Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

90014/2024

CONTRATANTE (UASG)

160001

OBJETO

Contratação de empresa especializada nos serviços de calibração em equipamentos de laboratório e de manutenção/calibração em equipamentos topográficos do 7° Batalhão de Engenharia de Construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ [redacted]

DATA DA SESSÃO

De 04/10/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 15h (Horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº

(Processo Administrativo n.º 64045.004272/2024-21)

orna-se público que A União, por intermédio do **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - 7º BEC**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *(menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 04/10/2024
Horário da Fase de Lances: 08:00h às 15:00h (Horário de Brasília)
Link: www.gov.br/compras
Critério de Julgamento: *menor preço por item*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviço de calibração em equipamento de laboratório (Grupo 1 – Rio Branco/ Grupo 2 – Santa Rosa do Purus) e manutenção/calibração em equipamentos topográficos (Grupo 3 – Rio Branco) do 7° Batalhão de Engenharia de Construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por grupo*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

[redacted]

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. *sociedades cooperativas.*

Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de

pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n.° 14.133, de 2021.

3.11.1.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *.1,00. (um real).*

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU
Aviso de Contratação Direta – Lei nº 14.133/21 e IN SEGES/ME nº 67/2021
Versão: agosto/2023
Aprovado pela Secretaria de Gestão.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão agosto/2023)

impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. contiver vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de ....., sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 *(DEZ) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato* ***OU*** *aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

7.3.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

7.3.3. *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 *(DEZ)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

9.12.2. *ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;*

9.12.3. *ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;*

9.12.4. *ANEXO V – (...)*

Rio Branco-AC. 10 de Setembro de 2024

[redacted]

Termo de Referência 34/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
34/2024	160001-7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/AC	[redacted]	24/09/2024 18:25 (v 7.0)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64045.004272/2024-21

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004272/2024-21)

1.1. Contratação direta de serviços de calibração em equipamentos de laboratório (Grupos 1 - Rio branco / Grupo 2 - Santa Rosa do purus) e de manutenção/calibração em equipamentos topográficos (Grupo 3 - Rio branco) do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Os equipamentos que necessitam de **Calibração de Laboratório são dos itens 1 ao 15, conforme tabela e Apêndice A - descrição dos itens (anexo a este projeto).**

Grupo 1 :

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	LOCAL

1	Calibração em Prensa manual de **CBR** (PAVITEST) - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	14427	1	[redacted]	Sede Rio branco AC
2	Calibração em Prensa (SOLOTEST) **CBR/ Marshall** Digital Automatizada. 220v – 50 /60hz.	14427	1		Sede Rio branco AC
3	Calibração em Prensa hidráulica manual de **concreto** 100T (CONTENCO). Contém relógio analógico, com capacidade de 20.000 kgf (196 kN).	14427	1		Sede Rio branco AC
4	Calibração em Prensa hidráulica manual de **concreto** 100T (SOLOTEST). Contém relógio digital, Divisao do indicador de 0,01Tf, curso maximo do pistao de 30mm.	14427	1		Sede Rio branco
5	Calibração em Balança Digital (AD10K marte) capacidade de 10 kg.	14427	1		Sede Rio branco AC
6	Calibração em Balança Digital de precisão (AD2000 marte) capacidade de 2010g	14427	1		Sede Rio branco AC
7	Calibração em Balança Digital de precisão (LD2051 LÍDER) capacidade de 60kg.	14427	1		Sede Rio branco AC
8	Calibração em Balança de precisão GEAHKA 6KG.	14427	1		Sede

						Rio branco AC
9	Calibração em Balança Digital de precisão (LD1050 LÍDER) capacidade de 16kg	14427	1	[redacted]		Sede Rio branco AC
Total parcial	**R$ 16.618,67**					

Grupo 2 :

10	Calibração em Prensa manual de **CBR** (BRASIL SOLOS). - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	14427	1	[redacted]		Município Santa Rosa do purus
11	Calibração em Prensa Hidráulica elétrica para rompimento de corpos de prova de concreto (FORTEST) com indicador digital cap 200T.	14427	1			Município Santa Rosa do purus
12	Calibração em Balança Digital de precisão (AD5002 marte) capacidade de 5010g.	14427	1			Município Santa Rosa do purus
13	Calibração em Balança PRIX 30 KG.	14427	1			Município Santa Rosa do purus
14	Calibração em Conjusto speedtest (Solotest)	14427	3			Município Santa Rosa do purus

[redacted]

15	Calibração em Relógio comparador extensômetro analógico 10mm.	14427	15	[redacted]		Município Santa Rosa do purus
Total parcial	**R$ 17.908,64**					

Subtotal grupos 1 e 2 : ***R$ 34.527,31 (Trinta e quatro mil e quinhentos e vinte e sente reais e trinta e um centavos).***

1.1.1.1. **As calibrações deverão ser realizadas através da comparação com um transdutor de força padrão e/ou pesos padrão. Deverão ser efetuadas 03 leituras em cada ponto calibrado. Será aceito Procedimento similar ou de mesma finalidade. (Itens: 1,2,3,4,10,11)**

1.1.1.2. **A Calibração será realizada através da comparação com pesos padrão. Serão realizados 03 medições em cada ponto calibrado e deverá ser efetuado o teste de excentricidade do prato com a aplicação de carga em 5 pontos distribuídos nas extremidades e no centro do prato. Será aceito Procedimento similar ou de mesma finalidade. (Itens: 5,6,7,8,9,12 e 13)**

1.1.1.3. **A calibração será realizada através da comparação com um fuso micrométrico padrão. Serão realizados 3 ciclos de medição. Será aceito Procedimento similar ou de mesma finalidade. (Itens: 14 e 15)**

1.1.1.4. **Deverão ser calibrados conforme normas : NBR 7182 , 9895, 12102, 12891; DNER - ME162, 129 e 049, NBR NM - ISSO 7500-1, NBR 12767,12142,8522,7680,7186,5739, DNER-ME091, MN 101, NBR 13279, 10906, 7215, ISO 679 e EN 196-1,** NBR 5739, 9780, NM 101 e DNER-ME 091.

1.1.2. Os equipamentos que necessitam de calibração/manutenção de topografia **são os itens 16 e 17 do Apêndice A deste projeto.**

Grupo 3 :

16	Calibração e manutenção em Estação Total Texcel	13773	1	[redacted]	No local da empresa vencedora.
17	Manutenção em Receptor GNSS RTK Hiper VR	13773	1		No local da empresa vencedora.
Total parcial	[redacted]				

Subtotal grupo 3 : ***R$ 10.768,00 (Dez mil e setecentos e sessenta e oito reais).***

Total da contratação: ***R$ 45.295,31 (Quarenta e cinco mil e duzentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos).***

1.1.2.1. Deverá ser realizada a calibração do Item 16 e, também, o condicionamento das baterias do referido item.

1.1.2.2. Deverá ser realizado uma revisão geral do equipamento doitem 17 e, também, a manutenção do Coletor do Receptor GNSS RTK Hiper, por não estar ligando.

1.2 *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e descrição da necessidade e seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023/2024], conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000001/2024

II - Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III - Id do item no PCA: 255

IV - Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

V - Identificador da Futura Contratação: 160001-90006/2023.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Indicação de marcas ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

1. 4.2. *Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), por não se tratar de um processo que envolva o fornecimento de bens.*

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do Estudo técnico preliminar, a Administração não aceitará o fornecimento dos dos serviços que não cumpram com o objetivo deste termo de referência, cujo objeto é a calibração de equipamentos de laboratório e manutenção/calibração de equipamentos topográficos.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade em favor do fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1. 4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, os horários e dias estipulados para a visita, serão os seguintes:

Equipamentos do Grupo 1:

LOCAL - SEDE	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Sede do 7º BEC, Avenida das Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, Rio Branco – AC, CEP 69918-093	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min	Segunda-feira à quinta-feira
	07h30min às 11h00min	Sexta-feira

Equipamentos do grupo 2:

LOCAL - DESTACAMENTO	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Santa Rosa do Purus – AC, Rua do Aeroporto, 56, CEP: 69955-000	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min	Segunda-feira à quinta-feira
	07h30min às 11h00min	Sexta-feira

[redacted]

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do pedido de fornecimentos acompanhados da referida Nota de Empenho.

5.1.2. Para a realização de qualquer serviço, a CONTRATANTE solicitará da CONTRATADA, informando a referência e quantidade, bem com a previsão de tempo de entrega necessária à execução do serviço solicitado.

5.1.3. A execução dos serviços somente considerar-se-á AUTORIZADA com a prévia autorização para início do serviço por parte do responsável (FISCAL DE CONTRATO), o qual dará o DE ACORDO para execução deles.

5.1.4 A solicitação do serviço deverá ocorrer, conforme a necessidade, **da Administração Pública, conforme Termo de Contrato, Termo de Referência e Anexos.**

5.1.5. A CONTRATADA deverá retirar e iniciar os serviços solicitados no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da ordem de serviço devidamente assinada por parte da contratante na sede do 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO, localizado na Avenida das Nações Unidas 2100 – 7 BEC - Rio Branco – AC, dentro do horário de expediente, segunda à quinta de 9:00 ás 11:30 e 13:00 às 16:30 e na sexta-feira de 7:30 às 12:00.

5.1.6. A execução do seu respectivo serviço deverá obedecer a todas as normas técnicas e segurança, previstas em lei e sujeita à fiscalização dos agentes responsáveis pelo acompanhamento e controle.

5.1.7. A contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, necessários à perfeita execução **do objeto**.

5.1.8. **Os serviços de calibração em equipamentos de laboratório, grupos 1 e 2, somente, deverão ser executados em oficinas próprias da CONTRATADA ou IN LOCO (verificada a melhor logística pelo contratante), atendendo todas as exigências do Edital e Anexos.**

5.1.9. Apresentação para fim de HABILITAÇÃO, do responsável técnico ou profissional habilitado para execução do objeto da licitação.

5.1.10. Entregar, nos prazos estabelecidos, documentos e informações que estejam definidos ou que venham a ser solicitado pela contratante.

5.1.11. Responder pelo ônus referente a impostos, seguros e taxas, relativos à execução do serviço contratado.

[redacted]

5.1.12. Assumir inteira responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, no cumprimento do contrato.

5.1.13. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao 7º BEC;

5.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados, no atendimento às leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis, bem como quanto às demais exigências legais para o exercício das atividades do objeto desse Termo, ficando, ainda, o 7º BEC isento de qualquer vínculo empregatício.

5.1.15. Sujeitar-se à mais ampla fiscalização por parte do 7º BEC, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações procedentes, caso ocorram.

5.1.16. Entregar os serviços no prazo, condições e local indicado, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.1.17. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de sua atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões. Cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste Contrato, cabendo-lhe

5.1.18. única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenentes.

5.1.19. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie for vítima os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.

5.1.20. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca de objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.1.21. Iniciar os serviços somente após aprovação da CONTRATANTE.

5.1.22 Indicar apenas funcionários habilitados e capacitados para a condução dos equipamentos de laboratório do 7º BEC.

5.1.23. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

5.1.24. Não contratar durante a prestação dos serviços, servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.

5.1.25. Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados.

5.1.26. A CONTRATADA responderá pelos danos causados aos equipamentos de laboratório, topografia e /ou bens da CONTRATANTE, quando resultantes de dolo ou da ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou prepostos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços, conforme especificação contida neste Termo de referência:

Equipamentos do **GRUPO 1**: Sede do 7º BEC, Avenida das Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, Rio Branco – AC, CEP 69918-093 ;

Equipamentos do **GRUPO 2**: Município de Santa Rosa do Purus – AC, Rua do Aeroporto, 56, CEP: 69955-000.

5.3. Os serviços serão prestados no seguintes horários: 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min de Segunda à quinta-feira e 07h30min às 11h00min na sexta-feira.

[redacted]

Rotinas a serem cumpridas

1. 5.4. A execução contratual observará as rotinas que melhores adequadas aos horários compreendidos no tópico 5.3 deste projeto.
2.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Energia elétrica;

5.5.2. Ambiente climatizado;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Equipamentos em estado conservado, contudo, obsoletos.

5.6.2. A proposta deve ser dimensionada para serviço **preferencialmente** "in loco", a serem realizados no endereço e horários constantes neste edital.

5.6.3. Os valores dos deslocamentos (passagens) devem estar atrelados ao preço de cada serviço realizado. **Deve constar o seguro dos equipamentos dos itens do grupo 3 ao serem transportados para as empresas responsáveis por realizar a manutenção/calibração.**

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

1. 5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de **execução do objeto, até que se verifique a plenitude do serviço executado.**

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19. Durante a vigência, a execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pelo Chefe da Seção técnica ou por outro agente designado pela CONTRATANTE, que terá, entre outras atribuições, poderes para gerir e fiscalizar o objeto da licitação, nos termos do Art. 67 da Lei Nr 14.133/2021;

***6.18.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas*

[redacted]

atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.18.2. *A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.*

6.18.3. *Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.*

6.18.4. *O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.*

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. *A avaliação da execução do serviço será através de testes por um período de 10 (dez) dias, caso constatado algum erro ou falha na execução do serviço será realizado o contato para o reparo, no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.*

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

[redacted]

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. Cada serviço executado pela CONTRATANTE nos equipamentos de laboratórios, deverão apresentar o Certificado de Calibração rastreáveis ao INMETRO e que estejam de acordo com a Norma NBR ISO/IEC 17025/2005 e suas atualizações.

7.2.2. Os equipamentos passarão por testes para aferição da precisão dos serviços prestados.

7.2.3. Os equipamentos deverão atender as precisões de acordo com o manual de cada equipamento.

7.2.4. Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados na presença do especialista designado pela CONTRATADA, ficando sua aceitação final dependendo de aprovação da CONTRATANTE após os testes.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.8.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e

[redacted]

administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Antecipação de pagamento

7.31. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

7.32. O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante - ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

7.33. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

7.33.1. R$.... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.

7.33.2. (...)

7.34. Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

7.34.1 No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.34.2 O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

1. *7.35. liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.*
2.
3. *7.36. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).*
4.
5. *7.37. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.*
6.
7. 7.38. *O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:*

7.1. *7.38.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo contratado, para a antecipação do valor remanescente;*
7.2. *7.39.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.*

7.39. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito[A1] não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

[redacted]

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço global* **conforme Art. 46, inciso II da Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.**

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio http://www.gov.br /empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de



02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.32. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.33. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. (Atestado de capacidade técnica).

8.35.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada *desde de que o objeto seja similar ao pedido pela contratada.*

8.35.4 O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, *notas fiscais referente aos serviços prestados*, dentre outros documentos.

8.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



8.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.41.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.41.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): 45.295,31

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 45.295,31 *(Quarenta e cinco mil e duzentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos)*, conforme custos unitários apostos no *Apêndice A (Descrição dos itens)*, em anexo.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 160001 / 00001 - 7º B E CNST

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 27.044.20.23.09.12.03

Elemento de Despesa: 449039

Plano Interno: B3CNSUNOUTR

*2024NC402411 - **Anulação TOTAL*** [redacted]

*2024NC402844 - **Anulação TOTAL*** [redacted]

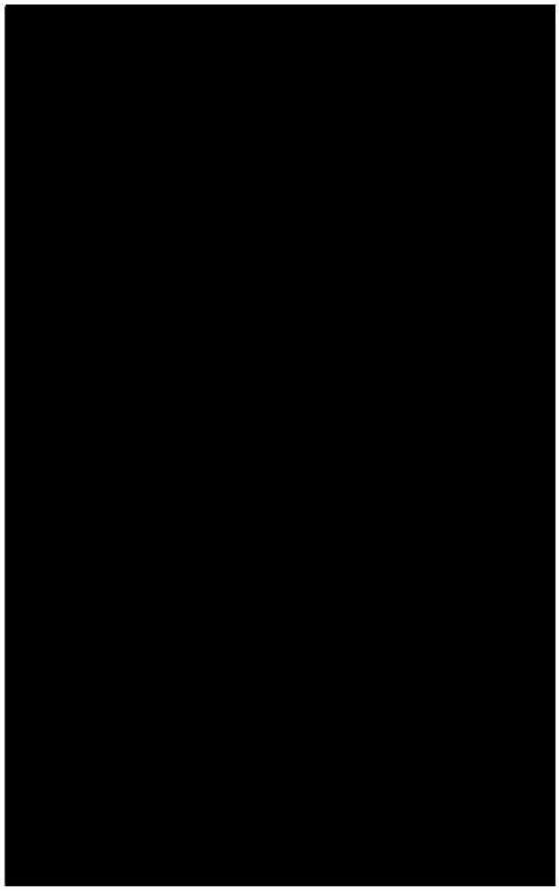
2024NC405224 - **Anulação PARCIAL** [redacted]

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

[redacted]

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004272/2024-21)

Apêndice A – Descrição dos Itens e Quantitativos Distribuídos pelas Unidades Gestora e Participantes

Item	Descrição	Código CATSER	Und	Qtd	Valor Unitário Máximo (R$)	Valor Total Máximo (R$)
1	Calibração em Prensa manual de CBR (PAVITEST) - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	14427	Und	1	[redacted]	[redacted]
2	Calibração em Prensa (SOLOTEST) CBR/ Marshall Digital Automatizada. 220v – 50/60hz.	14427	Und	1		
3	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (CONTENCO). Contém relógio analógico, com capacidade de 20.000 kgf (196 kN).	14427	Und	1		
4	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (SOLOTEST). Contém relógio digital, Divisao do indicador de 0,01Tf, curso maximo do pistao de 30mm.	14427	Und	1		
5	Calibração em Balança Digital (AD10K marte) capacidade de 10 kg.	14427	Und	1		
6	Calibração em Balança Digital de precisão (AD2000 marte) capacidade de 2010g	14427	Und	1		
7	Calibração em Balança Digital de precisão (LD2051 LÍDER) capacidade de 60kg.	14427	Und	1		
8	Calibração em Balança de precisão GEAHKA 6KG.	14427	Und	1		
9	Calibração em Balança Digital de precisão (LD1050 LÍDER) capacidade de 16kg.	14427	Und	1		
10	Calibração em Prensa manual de CBR (BRASIL SOLOS). - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	14427	Und	1		
11	Prensa Hidráulica elétrica para rompimento de corpos de prova de concreto (FORTEST) com indicador digital cap 200T.	14427	Und	1		
12	Calibração em Balança Digital de precisão (AD5002 marte) capacidade de 5010g.	14427	Und	1		
13	Calibração em Balança PRIX 30 KG.	14427	Und	1		
14	Calibração em Conjusto speedtest (Solotest)	14427	Und	3		
15	Calibração em Relógio comparador extensômetro analógico 10mm.	14427	Und	15		
16	Calibração e manutenção em ESTAÇÃO TOTAL TEXCEL	13773	Und	1		
17	Manutenção em RECEPTOR GNSS TOPCON HIPER VR	13773	Und	1		
			TOTAL	33		

Rio Branco, AC, 09 de julho de 2024

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004272/2024-21)

Apêndice B – Estimativas – Máximo e mínimo

Nr Ord	Descrição do item	Requisição mínima	Requisição máxima	Cronograma de entrega
1	Calibração em Prensa manual de CBR (PAVITEST) - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
2	Calibração em Prensa (SOLOTEST) CBR/ Marshall Digital Automatizada. 220v – 50/60hz.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
3	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (CONTENCO). Contém relógio analógico, com capacidade de 20.000 kgf (196 kN).	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
4	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (SOLOTEST). Contém relógio digital, Divisão do indicador de 0,01Tf, curso máximo do pistão de 30mm.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
5	Calibração em Balança Digital (AD10K marte) capacidade de 10 kg.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
6	Calibração em Balança Digital de precisão (AD2000 marte) capacidade de 2010g	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
7	Calibração em Balança Digital de precisão (LD2051 LÍDER) capacidade de 60kg.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
8	Calibração em Balança de precisão GEAHKA 6KG.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
9	Calibração em Balança Digital de precisão (LD1050 LÍDER) capacidade de 16kg.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
10	Calibração em Prensa manual de CBR (BRASIL SOLOS). - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
11	Prensa Hidráulica elétrica para rompimento de corpos de prova de concreto (FORTEST) com indicador digital cap 200T.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
12	Calibração em Balança Digital de precisão (AD5002 marte) capacidade de 5010g.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
13	Calibração em Balança PRIX 30 KG.	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
14	Calibração em Conjusto speedtest (Solotest)	-	3	Previsão 100% 2º Semestre 2024
15	Calibração em Relógio comparador extensômetro analógico 10mm.	-	15	Previsão 100% 2º Semestre 2024
16	Calibração e manutenção em ESTAÇÃO TOTAL TEXCEL	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024
17	Manutenção em RECEPTOR GNSS TOPCON HIPER VR	-	1	Previsão 100% 2º Semestre 2024

[redacted]

[redacted]

[redacted]

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

(Processo Administrativo nº 64045.004272/2024-21)

Mapa comparativo de preços

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
1	Calibração em Prensa manual de CBR (PAVITEST) - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	R$ 1.868,00	[redacted]	[redacted]	[redacted]

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
2	Calibração em Prensa (SOLOTEST) CBR/ Marshall Digital Automatizada. 220v – 50/60hz.	[redacted]	[redacted]		

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
3	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (CONTENCO). Contém relógio analógico, com capacidade de 20.000 kgf (196 kN).	[redacted]			

Pesquisa realizada no Painel de Preços do portal de compras governamentais (http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/). Conforme parâmetro I, do Art. 2º, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou c[redacted]inada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
4	Calibração em Prensa hidráulica manual de concreto 100T (SOLOTEST). Contém relógio digital, Divisao do indicador de 0,01Tf, curso maximo do pistao de 30mm.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
5	Calibração em Balança Digital (AD10K marte) capacidade de 10 kg.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o Art. 5º, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
6	Calibração em Balança Digital de precisão (AD2000 marte) capacidade de 2010g	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
7	Calibração em Balança Digital de precisão (LD2051 LÍDER) capacidade de 60kg.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL

[redacted]

8	Calibração em Balança de precisão GEAHKA 6KG.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
9	Calibração em Balança Digital de precisão (LD1050 LÍDER) capacidade de 16kg.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
10	Calibração em Prensa manual de CBR (BRASIL SOLOS). - A capacidade máxima é de 5000Kgf, sendo a leitura feita por meio de um anel dinamométrico.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
11	Prensa Hidráulica elétrica para rompimento de corpos de prova de concreto (FORTEST) com indicador digital cap 200T.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
12	Calibração em Balança Digital de precisão (AD5002 marte) capacidade de 5010g.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.

Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
13	Calibração em Balança PRIX 30 KG.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.					
Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
14	Calibração em Conjusto speedtest (Solotest)	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.					
Nr Ord	Descrição do item	AWA INSTRUMENTAÇÃO E CALIBRAÇÃO	BRK CALIBRAÇÃO E METROLOGIA	PROTOP-MS PROJETOS TOPOGRAFIA GEOTECNIA E SERVIÇOS EIRELI	VALOR MÉDIO FINAL
15	Calibração em Relógio comparador extensômetro analógico 10mm.	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.					
Nr Ord	Descrição do item	TEOMAC	TECNOSAT		VALOR MÉDIO FINAL
16	Calibração e manutenção em ESTAÇÃO TOTAL TEXCEL	[redacted]			

Pesquisa realizada conforme parâmetros I,III ou IV de forma individual ou combinada, referenciando o art. 5º, da IN nº 65/2021 - SEGES/ME.					
Nr Ord	Descrição do item	EMBRATOP			VALOR MÉDIO FINAL
17	RECEPTOR GNSS TOPCON HIPER VR	[redacted]			

1. Conforme Instrução Normativa nº73, de 05 de agosto de 2020, na pesquisa de preços, sempre que possível, foram observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando foi o caso.

2. Conforme o § 2°, do Art. 2°, da Instrução Normativa nº73, de 05 de agosto de 2020, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, foram adotadas a **média**, dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados nesta cotação, sendo desconsiderados os valores inexequíveis ou exorbitantes e aqueles excessivamente elevados. (Alterado pela Instrução Normativa n° 3, de 20 de abril de 2017).

[redacted]

Estudo Técnico Preliminar 50/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64045.004272/2024-21

2. Descrição da necessidade

2.1 A OM necessita contratar os serviços especificados em anexo, tendo em vista a previsão e disponibilidade de crédito nos Planos de Trabalho do DEC (Departamento de Engenharia e Construção) relativos aos trabalhos de readequação e ampliação do aeródromo de Santa Rosa do Purus-AC, bem como as obras internas e convênios futuros no(s) ano(s) de 2024/2025.

2.2. **Tendo em vista a necessidade do serviço de calibração em equipamentos de laboratório e calibração /manutenção em equipamentos topográficos, procedimentos que devem ser realizados em intervalos regulares visando obter o máximo de precisão dos equipamentos utilizados para fazer a medição de diferentes ensaios e análises. É de suma importância que este batalhão realize esses serviços de modo que evite possíveis inconsistências nos resultados dos ensaios realizados. Tal contratação proporcionará benefícios diretos e indiretos ao 7º BEC, garantindo resultados precisos nos ensaios das obras desta OM.**

2.3. Uma vez que, **os equipamentos de controle tecnológico e de topografia necessitam de calibração /manutenção anualmente para a melhor execução e precisão da obra desta** organização Militar, sobretudo, tem por finalidade garantir a qualidade do material que será empregado na pista e garantir a segurança das aeronaves, pessoal (militares/servidores civis, pedestres) e veículos que transitam pelos trechos.

2.4. Foram realizados estudos das contratações realizadas em licitações anteriores, por isso tomou-se como base o Processo de dispensa de licitação 00007/2022 – Contratação de calibração, manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de laboratóriodo - Seção técnica (7º BEC) de NUP : 64045.004205/2022-44, cujo objeto é similar ao citado no Termo de Referência nº 34/2024 – Sec Tec, confrontando com as necessidades atuais, e, sucessivamente, subsidiará com maior precisão os quantitativos estimados pela Administração na aludida contratação.

2.5. O não atendimento da demanda acarretará prejuízo na execução dos serviços sob responsabilidade do 7 BEC.

2.6. Face ao conglomerado exposto, a falta de aquisição do serviço do presente documento e Termo de Referência (TR) restará comprovada o prejuízo maior causado a Administração Pública com a possibilidade paralisação das atividades do 7º BEC, não apenas no cumprimento de suas missões operacionais, mais também no desempenho de funções administrativas, devido as mobilizações que possam surgir, perfazendo assim a necessidade de contratações em caráter urgentíssimo.

2.7. O serviço a ser licitado, pelo seu impacto institucional e com base nas justificativas acima mencionadas, não possui natureza continuada, portanto, não haverá a necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de 12 (doze) meses.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO TÉCNICA	CAIO SERGIO PARENTE SILVA

[redacted]

[redacted]

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (NE) pelo fornecedor ou ordem de fornecimento, devidamente assinada pelo Ordenador de Despesas, em remessa única, nos seguintes endereços:

4.1.1. **Grupo 1 :** 7º Batalhão de Engenharia de Construção – 7º BEC: Avenida Nações Unidas, nº 2100, Bairro 7º BEC, Rio Branco–AC, CEP: 69.918-093, de segunda feira a quinta feira, das 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 16:30 horas e nas sextas-feiras das 07:30 às 11:30 horas.

4.1.2. **Grupo 2 :** Município de Santa Rosa do Purus – AC, Rua do Aeroporto, 56, CEP: 69955-000, de segunda feira a quinta feira, das 09:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 16:30 horas e nas sextas-feiras das 07: 30 às 11:30 horas.

4.1.3. **Grupo 3 :** Local determinado pela empresa ganhadora da proposta.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3. **Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade de peças igual ou superior as retiradas, promovendo sua substituição quando necessário.**

4.4. Conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a contratação de serviço cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.5. A Contratada que apresentar a proposta de preços para o(s) item(ns) constante na descrição contida no tópico 9.2.1 deste documento, deverá, informar a Razão Social, o endereço, e-mail e o telefone(s) de contato do representante responsável pela Assistência Técnica na cidade de Rio Branco/AC. Caso, não haja a Assistência Técnica nesta cidade as despesas com frete e outros encargos para tal solicitação ocorrerão por conta *exclusivamente* da Contratada, a qual deverá informar ao Contratante acerca dessa natureza em sua proposta comercial encaminhada após a fase de lances.

4.6. ***Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.***

4.7. **A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim; os horários e dias estipulados para a visita, serão os seguintes**.

LOCAL (GRUPO 1)	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Sede do 7° BEC, Avenida das Nações Unidas, 2100, Estação Experimental, Rio Branco – AC, CEP 69918-093	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min	Segunda-feira à quinta-feira
	07h30min às 11h00min	Sexta-feira

[redacted]

LOCAL - DESTACAMENTO (GRUPO 2)	HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
Santa Rosa do Purus – AC, Rua do Aeroporto, 56, CEP: 69955-000	07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min	Segunda-feira à quinta-feira
	07h30min às 11h00min	Sexta-feira

5. Levantamento de Mercado

5.1. Ao realizar consulta em diferentes fontes e analisando aquisições similares por parte de outros órgãos e entidades, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades desta Administração, não foram verificadas informações relevantes, que outrora, na fase interna da futura licitação já haviam sido levantadas pelo Setor Requisitante. Em suma, pela própria natureza do objeto a ser contratado não há um grau de complexidade que exija outras providências.

5.2. Dada a especificidade da aquisição dos bens objeto deste instrumento, inclusive será desnecessária a realização de audiência pública para coleta de contribuições, a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A definição das rotinas da execução, a frequência e a periodicidade da execução dos serviços:

6.1.1. A execução da prestação dos serviços será iniciada por intermédio de um planejamento acordado entre a Contratante e a licitante vencedora do certame denominada Contratada.

6.1.2. A frequência e a periodicidade do serviço dar-se-á, a partir, da eventual acordo entre o setor requisitante e o prestador de serviços. Cabe ressaltar que, no período de "verão amazônico" ocorre intermitência dos serviços de readequação do aeródromo, gerando intermitência e constante adaptação a realidade da obra.

6.2. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

6.2.1. O fornecimento dos serviços contratados obedecerão rigorosamente às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Certificado de Aprovação (C.A) rastreáveis ao INMETRO, Resoluções do CONTRAN ou ANVISA.

6.3. Os deveres e disciplinas exigidos:

6.3.1. A Contratada arcará com o ônus das multas e penalidades decorrentes do não cumprimento de obrigações legais, regulamentares e contratuais junto à Administração e/ou Governo do Estado Acre (se for o caso).

6.3.2. A Contratada responderá civil e criminalmente, por danos pessoais ou patrimoniais decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou ainda, por negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Os serviços a serem contratados foram estimados pela Equipe de Planejamento da Contratação integrante da Seção Técnica do 7º BEC, tendo como base o estado de conservação dos equipamentos.

9.2. Prosseguindo a abordagem, foram utilizadas cotações dimensionadas para a região do estado do Norte do país, cujos preços médios unitários serão estimados mediante pesquisa de mercado, a ser procedida conforme parâmetros estabelecidos pela IN SEGES Nº 65, de 7 de julho de 2021.

[redacted]

9.2.1. A Estimativa das quantidades a serem contratadas estão dispostas no **Apêndice B – Estimativas – Máximo e mínimo** - anexo a este projeto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 45.295,31

8.1. A estimativa do valor da contratação e descrição dos itens encontram-se anexo a este projeto em, **Apêndice A – Descrição dos Itens e Quantitativos Distribuídos pelas Unidades Gestora e Participantes**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A Lei nº 14.133, de 2021, em seus Arts. 47 e 48, dispõem expressamente que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

9.2 Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

9.3 Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

9.4 Conforme o Art. 47, II da Lei 14.133, informamos que, após análise da equipe de contratação, optamos pelo PARCELAMENTO dos objetos, portanto, licitação por item, contidos nos GRUPOS 01, 02 e 03. Consideramos que o parcelamento permite uma melhor viabilidade técnica e econômica, uma vez que os serviços e equipamentos podem ser adquiridos de forma independente, otimizando recursos e prazos.

[redacted]

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 No caso concreto, o 7º BEC possui em um passado recente uma contratação correlata, o tomou-se como base o Processo de dispensa de licitação 00007/2022 – Contratação de calibração, manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de laboratóriodo - Seção técnica (7º BEC) de NUP : 64045.004205/2022-44, cujo objeto é similar ao citado no Termo de Referência nº 34/2024 – Sec Tec. Sendo assim, com a finalidade de prevenir a ocorrência de quaisquer inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, foi confeccionado o Mapa de Riscos.
10.2. Ademais, não há pregões vigentes desta UGA para aludida contratação

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1 Os serviços deste instrumento estão alinhados ao Termo de Referência – Anexo I ao Edital da Dispensa de licitação) nº 34/2024 – Seção técnica, com vistas a futura abertura de um certame na modalidade dispensa, para a contratação do serviços a serem executados por empresa especializada na sede do 7º Batalhão de Engenharia de Construção ou em oficinas próprias da contratada.

13.2. O 7º BEC escolheu a modalidade de dispensa, tendo em vista manter um cadastro de **contratação de serviços** com a finalidade de suprimir múltiplos procedimentos licitatórios, pois, há conveniência nas contratações em face das características do bem haver necessidade de contratações frequentes, bem como pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em conformidade com o(s) inciso(s) I e IV do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

13.3. A forma de execução de serviço imediata se faz necessária. Portanto, levando em consideração a concretização dessa hipótese será possível o recebimento do(s) bem(ns) na forma de compra imediata prevista no inciso X, do Art. 6º, da Lei nº 14.1333, de 2021.

13.4. Ou seja, de forma ordinária em sua totalidade com o(s) quantitativo(s) integral(is).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os serviços, uma vez contratados trarão qualidade à execução da obra, tendo em vista a finalidade dos equipamentos de controle técnico tecnológico. O 7° BEC, como consequência executará uma obra com atestado de qualidade e trata benefícios para a sociedade acriana e aos órgãos convenentes.

13. Providências a serem Adotadas

15.1 A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação dos serviços deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são ínsitas à adequação do ambiente da organização para que a aquisição surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização

Ação	Responsável(is)
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (Sec Tec)
Abertura do processo licitatório com vistas à aquisição do(s) bem(ns)	Ordenador de Despesas / SALC

[redacted]

Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Recebimento provisório	Setor de Almoxarifado do 7º BEC
Recebimento Definitivo	Setor de Almoxarifado do 7º BEC
Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação BI)

15.2. Juntar o cronograma ao processo e incluir no Mapa de Riscos os prováveis óbices se porventura a contratação fracassar, caso os ajustes não ocorram em tempo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Embora, o objeta da licitação não tenha influência direta ao meio ambiente a Administração exigiu aos eventuais interessados condições de habilitação alinhadas aos órgãos de proteção ambientais, Agência(s) Reguladora(s), Instituto(s) e Conselho(s) (conforme o caso), tais como: IBAMA, INMETRO, ANVISA e CONTRAN, sob pena de inabilitação e risco ao ecossistema.

16.2 Portanto, as condições previstas no edital e seus anexos permitirão minimizar eventuais impactos ambientais que coloquem desnecessariamente em risco os profissionais executores, a população local e o ecossistema, respectivamente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação dos serviços em tela, visa atender às necessidades do 7º BEC, particularmente, ao que se refere à qualidade do controle técnico-tecnológico da obra e garantir a segurança da pista como um todo. Ademais, a aludida contratação permitirá alcançar resultados mais satisfatórios ao qual essa Organização Militar se propôs, de modo que, o 7º BEC cumprirá as missões delegadas. Ressalto ainda, outro importante aspecto que é manter os equipamentos em condições perfeitas de uso.

15.2. Face ao conglomerado exposto, e após minuciosa análise desta Equipe de Planejamento da Contratação, essa dispõe de um parecer **viável e razoável** quanto à execução dos serviços. Sendo realizada via contratação de empresa especializada. Fato este, que se justifica nos elementos anteriores dos Estudos técnicos preliminares, consoante art. 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

15.. Por último, porém, não menos importante, consubstanciado no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021, estritamente citando o Princípio Básico da Publicidade, segue a relação de alguns servidores que poderão participar da fiscalização do contrato, podendo, inclusive, serem convidados a participar do Planejamento da Contratação. São eles:

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543,

[redacted]

de 13 de novembro de 2020.



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apêndices_A,B_e_C_SecTec_Calibr_2024.ods (109.1 KB)

